

A iniciativa Licenciamento Zero ([Decreto-Lei n.º 48/2011, de 01 de abril](#)) cria, em primeiro lugar, um regime simplificado para a instalação e a modificação de estabelecimentos de restauração ou de bebidas, de comércio de bens, de prestação de serviços ou de armazenagem. Em segundo lugar, simplificam-se ou eliminam-se licenciamentos habitualmente conexos com aquele tipo de atividades económicas e fundamentais ao seu exercício - concentrando eventuais obrigações de mera comunicação prévia no balcão único eletrónico - tais como os relativos a:

1. Utilização privativa do domínio público municipal para determinados fins (nomeadamente, a instalação de um toldo, de um expositor, a colocação de uma floreira ou de um contentor para resíduos);
2. Horário de funcionamento, suas alterações e respetivo mapa;
3. Afixação e inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial, em determinados casos relacionados com a atividade do estabelecimento, sem prejuízo das regras sobre ocupação do domínio público.

O Licenciamento zero veio concretizar o princípio do balcão único eletrónico (Balcão do Empreendedor), que permite cumprir num só ponto, todos os atos e formalidades necessários para aceder e exercer uma atividade de serviços, incluindo a disponibilização de meios de pagamento eletrónico.

## **I. Os serviços disponíveis no Balcão do Empreendedor:**

- Estabelecimento - instalação
- Estabelecimento - instalação com dispensa de requisitos
- Estabelecimento de restauração e bebidas de carácter não sedentário – instalação
- Estabelecimento - modificação
- Estabelecimento - encerramento
- Horário de funcionamento - comunicação ou alteração
- Ocupação de espaço público - instalação de equipamento
- Publicidade - Critérios de isenção

## **II. Como aceder aos serviços?**

O utilizador poderá aceder aos serviços no [Portal da Empresa](#), através de duas opções:

1. Na área do Licenciamento Zero, seleccionar o *link* “Iniciar Serviço”

Ou

2. Selecionar na área «Outros serviços», o *link* ‘serviços necessários ao exercício de diversas atividades económicas’.



### III. Como realizar o serviço?

Através de um dos caminhos indicados supra, o utilizador poderá aceder à página dos serviços disponíveis e consultar a finalidade de cada um. Após escolher o serviço, deverá selecionar o município para onde pretende realizar o mesmo. Indicado o município, o utilizador tem acesso a informação para consulta, distribuída pelos seguintes separadores:

- Entidades – os contactos da entidade;
- Procedimento – como realizar o serviço e prazo de emissão/decisão;
- Documentação – o que é necessário apresentar;
- Custo e validade – qual o custo total;
- Mais informações – legal, litígios e recusas;
- Critérios – critérios e obrigações a respeitar
- Perguntas frequentes.

#### a. Com cartão de cidadão

Basta clicar no botão «Clique aqui». O utilizador é redirecionado para uma área de autenticação onde procede ao registo através do cartão de cidadão, e entrega do

formulário preenchido e respetivos documentos instrutórios (deverá ter a assinatura digital ativada).

### b. Sem cartão de cidadão

Caso não disponha de cartão de cidadão, deverá preencher e imprimir (em duplicado) o formulário do serviço, disponível no separador «Documentação». Em seguida, deverá deslocar-se ao atendimento municipal e entregar o formulário preenchido (e assinado) e respetivos documentos instrutórios.

**Realizar serviço**  
Horário de funcionamento - comunicação ou alteração

Qual a finalidade?

Permite ao titular de exploração de um estabelecimento com atendimento ao público comunicar o horário de funcionamento a praticar, dentro dos limites legais e regulamentares fixados para o respetivo ramo de atividade económica.

Após a comunicação do horário de funcionamento e, se aplicável, do pagamento da taxa devida, o titular fica obrigado a afixar o mapa de horário de funcionamento do estabelecimento comercial, com a indicação das horas de abertura e encerramento diários e dos períodos de encerramento e de descanso semanal, em local bem visível do exterior.

Se este serviço for submetido eletronicamente, o pagamento (se aplicável) é efetuado da seguinte forma:

- deve aguardar cinco dias pela notificação do município da área do estabelecimento, enviada para o e-mail indicado no campo "requerente"; ou
- dirigir-se ao município da área do estabelecimento.

**Oeiras**

Para realizar o serviço pretendido [Clique aqui](#)

ENTIDADES	PROCEDIMENTO	DOCUMENTAÇÃO	CUSTO E VALIDADE	MAIS INFORMAÇÕES	CRITÉRIOS	PERGUNTAS
Quem contactar?	Emissão em quanto tempo?	O que é necessário?	Qual o custo total?	Legal-Litígios-Recusas	Obrigações	Perguntas frequentes

**Documentos**  
Para realizar este serviço precisa dos seguintes elementos:

- » A identificação do titular da exploração do estabelecimento: nome ou firma e número de identificação fiscal;
- » O endereço da sede da pessoa coletiva ou do empresário em nome individual;
- » O endereço do estabelecimento ou armazém e o respetivo nome ou insígnia;
- » A declaração do titular da exploração do estabelecimento de que tomou conhecimento das obrigações decorrentes da legislação identificada no anexo III do Decreto-Lei n.º 48/ 2011, de 1 de abril, do qual faz parte integrante, e de que as respeita integralmente;
- » O código de acesso à certidão permanente do registo comercial, caso se trate de pessoa coletiva sujeita a registo comercial;
- » Consentimento de consulta da declaração de início ou de alteração de atividade, caso se trate de pessoa singular;
- » O horário de funcionamento.

**Através da Internet**  
[Efetuar o pedido](#)

**No local/por correspondência**  
[Formulário de Horário de funcionamento - comunicação ou alteração.](#)  
[Modelo de Mapa de Horário de funcionamento](#) - A aplicação deste modelo não é obrigatória.

No caso do Horário de Funcionamento (comunicação ou alteração), poderá optar pelo [Mapa de Horário de Funcionamento](#) disponibilizado pelo Balcão do Empreendedor, preenche-lo, imprimi-lo e colocá-lo no estabelecimento em sítio visível para o exterior.

### Antes de entregar o formulário, certifique-se de que:

- o O edifício ou fração onde vai instalar o estabelecimento possui o título de autorização de utilização compatível com a atividade a exercer;

- Respeita integralmente os requisitos que devem observar as instalações e equipamentos dos estabelecimentos de comércio, prestação de serviços, de restauração ou de bebidas e armazéns para o seu funcionamento.